

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM VIAGEM INTERNACIONAL

INTERNET GOVERNANCE FORUM – IGF 2022

Período: 28/11/2022 a 04/12/2022

I - Conselheira Relatora:

Bia Barbosa

II - Tipo de atividade:

- Reunião Periódica
 Trimestral Semestral Anual Bienal
 Reunião Eventual
 Feira/Congresso
 Curso/Atividade de Formação.

III – Nome da Atividade: INTERNET GOVERNANCE FORUM – IGF 2022

IV – Entidade(s) organizadora(s) da atividade: NAÇÕES UNIDAS - ONU

V - Data e local da realização da atividade:

Data Início: 28/11/2022 Cidade: ADIS ABEBA
Data Final: 02/12/2022 País: ETIÓPIA

VI – Importância da minha participação nesta atividade:

Participar do principal encontro internacional sobre governança da Internet, organizado pelas Nações Unidas, vai totalmente ao encontro dos objetivos do CGI de produzir diretrizes para o desenvolvimento da Internet, fomentando estudos e debates sobre acesso, segurança e bom uso da rede. Historicamente, o Comitê Gestor apoia o IGF, propõe atividades em suas edições e integra grupos e comissões permanentes do Fórum. Em 2022 não foi diferente. Participar presencialmente do IGF na Etiópia contribuiu para a estratégia do Comitê Gestor de levar multissetorialmente a perspectiva brasileira para o evento e nossos aportes para o debate global sobre os desafios, soluções e o futuro da Internet.

Neste sentido, participei enquanto palestrante do Open Forum sobre desafios para a igualdade de gênero nas TICs, onde apresentamos os resultados preliminares das consultas com especialistas realizadas pelo CGI sobre este tema; fui uma das debatedoras do Best Practice Forum on Gender and Digital Rights, que discutiu práticas regulatórias e seus impactos para a garantia de direitos ditais e de gênero; e do workshop sobre acesso significativo organizado pelo Youth Forum.

Minha participação no IGF enquanto representante do 3º setor contribuiu ainda para trazer para a sociedade civil brasileira aprendizados sobre os temas debatidos e construir sementes de parcerias que podem ser fortalecidas de acordo com as prioridades do CGI para 2023.

VI – Relatórios da minha participação nesta atividade:

Minha participação no IGF 2022 foi organizada em torno do acompanhamento de quatro temas, diretamente relacionados aos assuntos em que atuo nos grupos de trabalho e câmaras temáticas do CGI. O primeiro deles está relacionado o GT de Gênero e Diversidade criado recentemente no Comitê Gestor da Internet. Representando o GT, junto da conselheira Laura Tresta (que participou remotamente da atividade) e das assessoras Luiza Mesquisa e Gabriela Nardy,

apresentei no Open Forum “CGI.br Gender and Diversity Agenda for ICTs” a iniciativa do Comitê Gestor de construir uma agenda com os principais desafios para a superação das desigualdades de gênero e raça no ambiente das TICs e da governança da Internet. Na ocasião, o trabalho desenvolvido pelo CGI de consultas públicas multissetoriais com especialistas brasileiras e internacionais para a elaboração do documento foi compartilhado com os participantes do IGF, gerando interesse sobre como a iniciativa poderia ser replicada em outros países. Mais informações sobre a atividade estão disponíveis em <https://intgovforum.org/en/content/igf-2022-open-forum-79-cgibr%E2%80%99s-gender-and-diversity-agenda-for-icts>

Ainda no tema de enfrentamento às desigualdades de gênero, participei como debatedora do painel do Fórum de Boas Práticas do IGF sobre Direitos Digitais e de Gênero, que este ano discutiu práticas regulatórias e seus impactos para o exercício desses direitos. O foco da minha intervenção foram as dinâmicas de opressão de gênero que se manifestam nas redes sociais – sobretudo contra defensoras de direitos humanos e jornalistas – e como a resposta insuficiente dada pelas plataformas digitais a este fenômeno reforçam a necessidade de ampliação do debate sobre a regulação do setor, no Brasil e no mundo.

O tema da regulação de plataformas foi outro que acompanhei no IGF. A centralidade da discussão para as mais diferentes regiões do globo ficou clara na cerimônia de abertura do Fórum. Nas palavras do sub Secretário Geral das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, Li Junhua, enquanto muitas nações ainda vivem os desafios da conexão de todos seus cidadãos, os conectados enfrentam desinformação e discursos que impactam o modo como vivemos. “A promessa da tecnologia não pode resultar em abuso e desigualdade”, afirmou Junhua na Etiópia. O Secretário Geral da ONU, António Guterres também reforçou a dificuldade dos governos em conter conteúdos desinformativos e atentatórios a democracias.

Reforçando os desafios domésticos, o Primeiro Ministro da Etiópia, Abiy Ahmed Ali, disse que foi a desinformação que abriu caminho para uma rebelião armada no norte do país. “As redes tem ajudado na participação social, mas também levado a instabilidades no campo político”. “Desinformação, discurso de ódio, assédio a pessoas, danos coletivos... não é essa a internet que queremos. Queremos uma internet como bem comum”, completou Tawfik Jelassi, Diretor Assistente da Unesco para Comunicação e Informação, defendendo que as empresas de tecnologia e plataformas digitais adiram a princípios regulatórios globais.

A Unesco também organizou um Open Forum durante o IGF intitulado “Shaping digital platforms for the public good” (<https://intgovforum.org/en/content/igf-2022-open-forum-70-open-forum-shaping-digital-platforms-for-the-public-good>), durante o qual apresentou as discussões em andamento em torno do desenvolvimento de um quadro normativo global para as plataformas digitais, que a organização pretende lançar em forma de diretrizes para reguladores em 2023. A atividade contou com a participação de organizações e de órgãos reguladores de diferentes regiões do mundo. E discutiu temas como responsabilidade das redes sociais, moderação de conteúdo, transparência e independência de reguladores.

No workshop “Harmonising online safety regulation” (<https://www.intgovforum.org/en/content/igf-2022-ws-369-harmonising-online-safety-regulation>), foi possível conhecer o trabalho da Rede Global de Reguladores pela Segurança Online, que reúne experiências de países como Irlanda, Austrália e Reino Unido. A partir de uma abordagem sistêmica e com foco do design e em mecanismos de accountability das plataformas, a rede defende a regulação como necessária diante da falta de resultados de uma abordagem inicial voluntária por parte das big techs. Um dos conceitos regulatórios defendidos pela rede é o dever de avaliação de risco (risk assessment), que órgãos como o Ofcom (UK) já adotam há tempos.

Também foi de grande valia para o debate sobre regulação de plataformas que será travado no Brasil acompanhar o Open Forum “Combatting Disinformation without Resorting to Online Censor” (<https://intgovforum.org/en/content/igf-2022-open-forum-108-combatting-disinformation-without-resorting-to-online-censor>) e o workshop “Platform Responsibilities for Journalist Digital Safety” (<https://www.intgovforum.org/en/content/igf-2022-ws-326-platform-responsibilities-for-journalist-digital-safety>)

No tema do acesso à Internet, três atividades que pude acompanhar foram especialmente relevantes para as discussões que temos feito na Câmara de Universalização e Inclusão Digital do CGI. A primeira foi o evento “Shaping global digital governance and measuring meaningful connectivity for all: the ROAM approach” (<https://intgovforum.org/en/content/igf-2022-day-0-event-28-shaping-global-digital-governance-and-measuring-meaningful>). A segunda foi promovida pela policy network do IGF sobre acesso significativo, intitulada “From Policy to Implementation: Lessons and Good Practices to Advance Meaningful Access” (<https://www.intgovforum.org/en/content/igf-2022-pn-meaningful-access-from-policy-to-implementation-lessons-and-good-practices-to>). Ambas trouxeram aportes importantes acerca da mensuração do acesso significativo pelos países, considerando metodologias e indicadores que precisam ser considerados no esforço global de redução da brecha digital. Trata-se de um dos temas em debate neste momento na Câmara temática do CGI, com possibilidade de ser pauta de um seminário em 2023.

A terceira atividade sobre acesso significativo foi construída com o apoio do NIC.br: “Youth lenses on Meaningful Access and Universal Connectivity” (<https://intgovforum.org/en/content/igf-2022-ws-352-youth-lenses-on-meaningful-access-and-universal-connectivity>), que provocou uma importante discussão sobre universalização do acesso considerando aspectos como velocidade da conexão, uso, custo e continuidade do serviço para a população jovem e de zonas não urbanas. Pontos como o papel do Estado, das operadoras de telecomunicações e de iniciativas de cooperativas e redes comunitárias estiveram na mesa. Nossa participação no painel permitiu o compartilhamento das discussões que temos feito historicamente no CGI sobre este tema.

Por fim, e em conexão com a mesa anterior, também acompanhei atividades do IGF focadas no tema da juventude, como o IGF 2022 Global Youth Summit (<https://www.intgovforum.org/en/content/igf-2022-global-youth-summit>), que aconteceu no dia 0 do evento e que reforçou que os/as jovens não querem apenas ocupar um lugar na mesa de discussão sobre governança da Internet, mas ter condições de sustentar esse lugar ao longo do tempo. Os participantes lembraram que hoje é Internet e dirigida por pessoas jovens e que não há por que a juventude não ser parte da tomada de decisões sobre sua governança e sobre as políticas públicas e regulações que impactam o futuro da Internet.

O Fórum também tratou de formas inovadoras de engajar a juventude nessa discussão, enfrentando desigualdades econômicas e sociais e contribuindo para as reflexões que temos feito no âmbito do Programa Youth do CGI no Brasil. Uma reunião com as delegações do Programa que foram ao IGF na Etiópia também permitiu um importante estreitamento de laços entre os participantes do Youth e o CGI para o próximo período. Junto com a delegação do Youth também tivemos uma reunião com a representação do Ministério de Relações Exteriores do Brasil no IGF.

Por fim, enquanto representante do 3º setor, também tive a oportunidade de participar de uma reunião da sociedade civil global com o Enviado das Nações Unidas para a Tecnologia, Amandeep Singh Gill, da Índia, sobre o processo conduzido pela ONU do Global Digital Compact. Um dos pontos foi como fomentar a participação da sociedade civil neste discussão em âmbito internacional.